

JUSTIFICAÇÃO

No rol das competências e prerrogativas constitucionais pelas quais as Comissões Parlamentares de Inquérito buscam melhor desempenhar seus misteres legais encontra-se a possibilidade de acesso a documentos judiciais e extrajudiciais que compõem conjunto probatório da investigação em curso. Neste sentido, é fundamental para os trabalhos desta comissão o acesso aos termos do acordo de leniência da Petrobras S.A junto a autoridades judiciais de governos estrangeiros.

É importante destacar que a Petrobras é a principal cliente do BNDES, com R\$ 62 bilhões liberados em financiamento, parte destes recursos para a expansão das atividades da empresa no Exterior. A Petrobras é, portanto, a maior recebedora do tipo de financiamento sobre o qual esta CPI se debruça. Este requerimento tem a finalidade de dar à Comissão de Inquérito o acesso às repercussões legais que a empresa se submeteu, em forma de acordos, devido aos ilícitos praticados fora do país pela estatal brasileira.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2019.

Deputado **JORGE SOLLA**